CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Aprovado em única Discussão
Por: unanimidade
Plenário 03 / 05 / 19
Câmara Municipal de Santarém

Ata da Vigésima Oitava Sessão Ordinária do Primeiro Período da Terceira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura, realizada no dia vinte e três de abril do ano de dois mil e dezenove, no Plenário Benedito Magalhães da Câmara Municipal de Santarém. À hora regimental o vereador **EMIR AGUIAR (PODE),** presidente do Poder Legislativo, deu boas-vindas aos vereadores e iniciou a sessão com o GRANDE EXPEDIENTE. **TEMPO DE LIDERANÇA:** O vereador **ANTONIO ROCHA (MDB)** registrou a respeito da Companhia de Saneamento e Abastecimento do Pará - COSANPA. Segundo ele, Santarém tem 36 mil ligações, mas somente 10% dos consumidores estariam pagando pelo serviço de abastecimento de água. Enfatizou que a culpa é da gestão da companhia, que não se organiza quanto a isso. Por fim, reforçou sua posição contrária à privatização da companhia, posicionamento que ele disse também ter tido quanto a terceirização do Hospital Municipal e da Unidade de Pronto Atendimento 24h. Relatou que foi contra o prefeito Nélio Aguiar passar a saúde para uma OS. O vereador **DAYAN SERIQUE (PPS)** informou da reunião que tratou da paralisação dos serviços de saúde na UPA 24h. Destacou que na oportunidade ficou esclarecido que a motivação da paralisação não estaria relacionada a atrasos de pagamentos, mas os médicos estariam reivindicando melhorias nas condições de trabalho e segurança. Reconheceu que a classe médica possui profissionais capacitados e comprometidos com o atendimento à população, bem como também necessitam de uma retaguarda, pois estão sem equipamentos importantes para sua atuação profissional. Finalizou destacando que na reunião chegaram a um denominador comum, e informou que a UPA deve voltar ao funcionamento pela manhã. O vereador **JANDER ILSON PEREIRA (PSDB)** relatou que participou de uma reunião na Comunidade de Santana do Ituqui, onde estavam presentes o prefeito Nélio Aguiar, alguns secretários municipais e as lideranças comunitárias de todas as comunidades da região do Ituqui. Segundo ele, a reunião foi muito proveitosa, e na ocasião, a comitiva aproveitou para visitar a Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Pereira da Silva, na Comunidade de Santarém Mirim, e também as instalações da Unidade Básica de Saúde da Comunidade de Nova Esperança do Ituqui. O vereador **DEL. JARDEL GUIMARÃES (PODE)** também fez registro do problema da UPA 24h. Segundo ele, estaria faltando habilidade política por parte do Executivo, em que o prefeito Nélio Aguiar deveria chamar para si esse problema e gerenciar a crise instalada. Destacou que, em momentos de crise, surgem "os aproveitadores de plantão", e para eles "quanto pior melhor". Disse que falta bom senso e discernimento para que a população não venha sofrer com a questão. O vereador Emir Aguiar passou a direção dos trabalhos para ao vereador Valdir Matias Jr. para fazer uso da tribuna. O vereador **EMIR AGUIAR (PODEMOS)** informou de uma reunião realizada, nesta terça-feira, na SEMINFRA, que contou com lideranças da Grande Área do Maicá. Na ocasião trataram de um grande empreendimento que está sendo feito no sistema viário dos bairros que compõe aquela área, obra que é fruto de um recurso de R$5 milhões conseguidos por meio de emenda parlamentar do ex-deputado federal Francisco Chapadinha. Também relatou que a obra de uma ponte na Rua 13 de Outubro foi iniciada, e que a ponte do Urumari deverá ser construída a partir de uma parceria público-privada, em que uma empresa de combustível já teria fechado o contrato e dado o prazo de entrega da obra antes do aniversário de Santarém. Também comunicou o recebimento da notificação do Tribunal de Justiça do Pará acerca da decisão de afastamento do vereador Mano Dadai. Ele leu o documento e esclareceu que a Casa deverá seguir os trâmites necessários. O vereador **VALDIR MATIAS JR. (PV)** informou que recebeu as respostas de uma indicação à SEMMA, em relação ao licenciamento ambiental das torres de internet. Segundo a resposta da titular da pasta, a SEMMA realiza o licenciamento ambiental apenas de torre de telefonia celular. Em relação às torres de internet, esclareceu que não há legislação que determine ou repasse competência para a SEMMA realizar o licenciamento. Finalizou informando que vão estar conversando com a secretaria competente para que também possam licenciar essas torres de internet que ainda estão irregulares no município. O vereador **ALAÉRCIO DROGAMIL (PRP)** informou

que recebeu um convite do líder do governo para participar da reunião que aconteceu entre a cooperativa de médicos, Conselho Municipal de Saúde, OS e a Secretaria Municipal de Saúde. Relatou que chegando na reunião a Secretária Dayane Lima convidou os que não tinham qualquer tipo de contrato com a OS para se retirar da sala. Na mesa hora, disse que se retirou. Disse que a secretária precisa ter mais cautela e educação ao tratar as pessoas. Enfatizou que o município e a Secretaria de Saúde não têm um plano B para tratar uma paralisação dos profissionais de saúde, e infelizmente quem está no meio dessa confusão toda é a população. Em palavra pela ordem, os vereadores Ronan Liberal Júnior e Dayan Serique comungaram o registrou de que a secretária estava se referindo aos médicos. **TEMPO DAS BANCADAS**: O vereador **VALDIR MATIAS JR. (PV)** lembrou que alguns pares atendendo convite do prefeito Nélio Aguiar, foram visitar *in loco* uma unidade médica de urgência e emergência, porta aberta, que era gerida por uma OS, e perceberam que os serviços eram de qualidade. Disse que a Câmara aprovou esse modelo e autorizou o município, através de uma lei, a licitar a concessão do serviço do hospital e da UPA. Entretanto, ninguém autorizou a contratação dessa OS. Sugeriu a rescisão do contrato com o Instituto e uma nova licitação para contratar outra OS para gerir ambas as unidades de saúde no município. Em aparte, os vereadores Del. Jardel Guimarães, Dayan Serique e Silvio Neto comungaram a ideia de rescisão da OS, em vista do grande prejuízo trazido à população. O vereador Matias Júnior concluiu enfatizando que a administração municipal não pode ficar refém do IPG. O vereador **GAÚCHO (PSB)** repercutiu que, após a sessão de segunda-feira, esteve na UPA 24h, juntamente com os vereadores Paulo Gasolina e André do Raio-X. Disse que teria presenciado "intimidação" por parte do representante do IPG, quando um médico estava expondo os problemas. Relatou que ligara para o prefeito e para secretária de Saúde imediatamente, e observou que havia um "cabo de guerra". Lamentou a situação, e disse que o gestor municipal tem que ser firme, e chamar para si a responsabilidade. O vereador **RONAN LIBERAL JR. (MDB)** falou que tem acompanhado com preocupação a situação da UPA 24H. Recordou que, em 2018 o Poder Executivo encaminhou um projeto que autorizava a terceirização do Hospital Municipal e da UPA, e após debates e votação, foi aprovado pela Casa. Destacou que esta Casa tem o compromisso de cobrar da empresa contratada o cumprimento do contrato, segundo ele, tem ciência de que o prefeito tem a capacidade de observar que, se não der certo mudar o modelo. Espera-se que a empresa possa fazer as melhorias devidas, caso não, não vão aceitar da forma como estar. Também falou sobre o projeto do Executivo que chegou à Casa que trata sobre a abertura de crédito especial no orçamento do exercício de 2019. De acordo com ele, é o primeiro passo para a conclusão das obras do Hospital Materno Infantil que é de suma importância para o município de Santarém e região. O vereador **ALYSSON PONTES (PSD)** esclareceu alguns pontos relacionados ao problema da UPA 24h. Lembrou que a Casa concedeu ao Município terceirizar o serviço, contudo, destacou que não cabe ao Executivo interferir em qualquer ato da operadora que não seja uma rescisão de contrato. Disse que em conversa com um médico, este lhe afirmou que o problema é apenas no setor de urgência e emergência; além disso, pontuou que seriam médicos recém-formados que estariam recebendo propostas melhores de outras localidades e estariam buscando rescindir contrato. Disse ainda que a questão não é salarial, mas de infraestrutura, ressaltando que, quando o governador Hélder Barbalho esteve no município, foram solicitados R$ 3 milhões para que o Hospital Municipal funcione de forma adequada. Concluiu destacando que a prefeitura fez o seu papel, e que precisam refletir a questão das responsabilidades. Concluído o Grande Expediente passamos para a **Primeira Parte da Ordem do Dia.** Foi posta em votação a ata do dia dois de abril que havia sido lida e ficado sobre a mesa na sessão anterior para retificação da fala do vereador Paulo Gasolina. Retificado o pronunciamento do vereador, a ata foi posta em votação e aprovada. Em seguida, deu-se continuidade com a leitura da ata do dia três de abril que após colocada em discussão foi aprovada por unanimidade. Em continuidade passamos para a leitura dos expedientes recebidos. MEMO.044/2019 – GAB. Ver.

Chiquinho (PSDB); OF. 014/2019 – GAB. Ver. Maria José Maia (DEM); MEMO. 39/2019 – GAB. Ver. Júnior Tapajós (PR); OF. 018/2019 – GAB. Ver. Mano Dadai (PRTB); OF. 60/2019 – GAB. Ver. Jackson do Folclore (PSL). Concluído a leitura dos expedientes, passou-se para a **Segunda Parte da Ordem do Dia**, com discussão e votação das matérias em pauta. Não houve moções. Em seguida, entrou em discussão o **PROJETO DE LEI 020/2019,** de autoria do vereador Rogélio Cebuliski (PSB), que altera e acrescenta dispositivos à Lei Municipal nº 19.518, de 12 de maio de 2014, que institui o regulamento de serviço de táxi no município de Santarém e dá outras providências. O projeto foi aprovado em única discussão no dia 16 de abril e retornou do pedido de vista do vereador Jackson do Folclore, que solicitou parecer da coordenadoria jurídica da Casa. O parecer foi lido, que ressalta os artigos primeiro, terceiro e sétimo. Abrindo as discussões, os vereadores Gaúcho e Dayan Serique retiraram as suas emendas e informaram que construíram uma outra com as orientações da coordenadoria jurídica. Foram retiradas as duas emendas, e posta a leitura a nova emenda, que foi aprovada, em seguida, o projeto foi aprovado em 2ª discussão. Dando continuidade à sessão, acatando a solicitação do vereador Paulo Gasolina, em decorrência da importância da matéria, foi aprovado o Requerimento 745/2019. A seguir, entrou em pauta o **PROJETO DE LEI 021/2019**, de autoria do vereador Dayan Serique (PPS), que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placas de orientação nas piscinas e praias no município de Santarém e dá outras providências. O presidente informou que o parecer já foi lido e aprovado, e retorna de um pedido de vista do vereador Gaúcho. O projeto foi aprovado em 1ª e 2ª discussão com voto contrário do vereador Gaúcho. Esgotado o tempo regimental, o presidente **EMIR AGUIAR**, encerrou os trabalhos convidando a todos para a próxima sessão. Vereadores presentes: **ALYSSON PONTES (PSD), SÍLVIO NETO (PTB), VALDIR MATIAS JR. (PV), PAULO GASOLINA (DEM), ANDRÉ DO RAIO-X (DC), ALAÉRCIO DROGAMIL (PRP), RONAN LIBERAL JR. (MDB), GAÚCHO (PSB), DAYAN SERIQUE (PPS), DEL. JARDEL GUIMARÃES (PODE), JANDER ILSON PEREIRA (PSDB), ANTONIO ROCHA (MDB), EMIR AGUIAR (PODE) NEY SANTANA (PSDB).** AUSENTES COM JUSTIFICATIVA: **PROF.ª MARIA JOSÉ MAIA (DEM), JACKSON DO FOLCLORE (PSL), CHIQUINHO DA UMES (PSDB), DIDI FELEOL (PDT), JÚNIOR TAPAJÓS (PR), TADEU CUNHA (DEM).** AFASTADO: **MANO DADAI (PRTB)**. E para constar mandou lavrar a ata que depois de lida, discutida e aprovada será assinada por quem de direito.

Câmara Municipal de Santarém
Valdir Matias Jr
1° Vice Presidente

Câmara Municipal de Santarém
Emir Machado de Aguir
Presidente

Câmara Municipal de Santarém
Jander Ilson Rego Pereira
2° Vice Presidente

Câmara Municipal de Santarém
Alaércio Magalhães Cardoso
1° Secretário

Câmara Municipal de Santarém
André Nobre Pastana
2° Secretário